

Por um Pensar a Base Nacional Comum Curricular em Uma Geografia Pós-Estrutural

For a Thinking about the National Curricular Common Core in a Post-Structural Geography

Phelipe Florez Rodrigues¹

Hugo Heleno Camilo Costa²

Resumo

Levando em conta a projeção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no atual cenário de políticas curriculares, este trabalho propõe a reflexão, na especificidade da disciplina Geografia, sobre o caráter negligente da política em relação a contribuições dos estudos geográficos. Desta forma, buscamos dialogar com dois autores do campo da Geografia para pensar uma Geografia pós-estrutural em tensionamento com a BNCC, quais sejam, Doreen Massey e Rogério Haesbaert. Além destes autores, retomamos alguns argumentos produzidos em outros trabalhos e lançamos mão da noção de comunidade disciplinar em Ivor Goodson para pensarmos a relação dos sujeitos com a Geografia e a política curricular. O texto se inicia destacando os principais dispositivos teóricos e epistemológicos de Massey e Haesbaert para pensar a Geografia sob a lógica da discursividade, alteridade e diferença. Em seguida, tensionamos uma perspectiva geográfica pós-estrutural com a textualização proposta na BNCC apontando negligências e o caráter antidemocrático da política curricular. Por fim, acenamos para o fato de que o encaminhamento defendido para a Geografia no âmbito da BNCC além de negligenciar o diálogo com potentes contribuições recentes do pensamento geográfico desconsidera a escola como espaço de transgressão e se afasta do entendimento do espaço como algo constituído pelo encontro.

Palavras-Chave: Geografia; Pós-Estruturalismo; Discurso; BNCC.

Abstract

Taking into account the projection of the National Curricular Common Base (BNCC) in the current scenario of curricular policies, this work proposes a reflection, in the specificity of the Geography discipline, on the negligent character of the policy in relation to contributions from geographic studies. In this way, we seek to dialogue with two authors in the field of Geography to think about a

1 Departamento de Estudos aplicados ao Ensino, Faculdade de Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. phelipe.rodrigues@uerj.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0245-9475>

2 Departamento de Geografia, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. hugoguimel@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-976X>

post-structural Geography in tension with the BNCC, namely, Doreen Massey and Rogério Haesbaert. In addition to these authors, we take up some arguments produced in other works and make use of the notion of disciplinary community in Ivor Goodson to think about the relationship of subjects with Geography and curricular policy. The text begins by highlighting the main theoretical and epistemological devices of Massey and Haesbaert to think about Geography under the logic of discursivity, alterity and difference. Then, we tension a post-structural geographical perspective with the textualization proposed in the BNCC, pointing out negligence and the anti-democratic character of the curriculum policy. Finally, we point to the fact that the path advocated for Geography within the scope of the BNCC, in addition to neglecting the dialogue with powerful recent contributions of geographic thought, disregards the school as a space of transgression and moves away from the understanding of space as something constituted by the encounter.

Keywords: Geography; Post-Structuralism; Discourse; BNCC.

Introdução

Em diferentes momentos em sua obra, Doreen Massey (1991a, 1991b, 1994) chama a atenção para o fato de como é crescente a sensação de instabilidade quando se busca uma referência a algum local ou a um “lugar”. O conceito de lugar para a Geografia busca se articular com elementos da subjetividade humana, muitas vezes em uma forma de referência espacial forjada na afetividade e na vivência, experiência.

Passando pelas reflexões de Yi-Fi Tuan (1983), em que o autor argumenta que o “espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa, lugar é mais concreto que espaço (TUAN, 1983, p.19)”, até outras mais pragmáticas, tal como a de Santos (1999, p.14), para quem “[...] cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais”, o conceito “lugar” é entendido como constituído no âmbito do que é entendido por ciência, através de características próprias.

Buscamos pensar o lugar, as localidades em suas articulações com sentidos globais, a partir das possibilidades oferecidas pelas reflexões de Doreen Massey. A autora propõe a análise espacial (feição geográfica) com atenção ao “lugar”, dimensionando este significante não mais como um

conceito pré-definido, mas sim como um “emaranhamento, a reunião de diferentes histórias, muitas delas sem qualquer ligação anterior com as outras.” (MASSEY, 2017. p.39).

Assumir a ideia de lugar como espaço de negociação do “por vir” e não como uma forma de apropriação estanque, vinculada a uma história de vida linearmente construída, implica um diferente trato também com o que se pretende ao nomear algo como nacional, global ou universal. Tomar a constituição das noções de lugar e global como espaços de negociação leva a alguns desdobramentos, nos quais destacamos a seguinte dinâmica:

E dado que as geometrias de poder internas do espaço de lugares às vezes podem ser quase tão complexas como na escala global, essa negociação será difícil e permanente. Tendo em vista que a negociação nunca vai acabar, pode-se argumentar que não só a noção estática e romântica da comunidade local (que é inatingível) como também o reconhecimento das relações de poder internas nas negociações é politicamente mais saudável do que um anseio por uma conformidade pacificada. Uma democracia saudável não exige a supressão da diferença, mas uma abertura para isso e uma vontade de negociar. (MASSEY, 2017, p. 39)

O convite proposto por Massey (2017, p.39) se configura como uma nova ontologia para o pensamento geográfico. Trata-se de assumir uma perspectiva de análise espacial rompendo com a “noção bastante romântica de lugares como entidades simplesmente coerentes, com características aparentemente ‘eternas’, singulares e, muitas vezes, não problemáticas”, em favor de uma argumentação que busca “[...] compreender lugares tão complexos, tão diferenciados internamente, vê-los como “lugares de encontro” (MASSEY, 2017, p.39). Este é o tom assumido nesta discussão.

A mente geográfica e um olhar para a BNCC

O que Massey chama de “mente geográfica” é o que temos assumido como uma possibilidade de pensar a Geografia na esteira da alteridade e diferença. Tomar esta perspectiva neste texto implica produzir uma análise tensionando o discurso geográfico presente na BNCC, em que entendemos haver uma busca contínua de viabilização de sentidos nacionais fixados, com a ideia de impossibilidade desta consolidação plena na reflexão geográfica.

Propomos esta abordagem dialogando com Massey (2017) e Haesbaert (2014), de forma mais concentrada, atentando para uma leitura da produção do espaço enquanto negociação

contínua, sem significação centrada em um acúmulo histórico linearmente estabelecido e com preenchimento final de sentidos sempre adiado – o espaço como produção também do por vir.

Desta forma, encaminhamos esta discussão acerca da BNCC, no que se produziu como proposta para a Geografia assumindo, como indica Massey (2017, p.39), que uma “‘mente geográfica’ necessariamente implica em uma atitude da mirada-de-fora-para-dentro que, ao reconhecer a diferença, também indaga necessariamente sobre os termos da negociação”. Entendemos ser possível, sob esta ótica, focalizar uma análise discutindo os sentidos negociados, reforçados ou bloqueados na política curricular com a Geografia. Como forma de encaminhar esta problematização, buscamos na textualização produzida na política da BNCC elementos dessa negociação que reiteram a tentativa de promoção de um discurso centrado na equidade como ação democrática, no desenvolvimento de habilidades e competências e na universalização de objetivos educacionais em nível nacional. Defendemos a perspectiva de que a força destes discursos tende a tentar sufocar o debate com a comunidade disciplinar, limitando a reflexão sobre o trato epistemológico geográfico na política curricular, e isto nos leva a questionar o sentido democrático desta política, o que também é ressaltado em Costa, Rodrigues e Stribel (2019).

Para chamar a atenção a estes elementos, em diálogo com autores vinculados ao pensamento pós-estrutural da Geografia, destacamos um trecho do documento em que consta uma proposta de articulação envolvida na BNCC entre conceitos geográficos e um dado entendimento sobre o que significa o “espaço”:

Nessa direção, a BNCC está organizada com base nos principais conceitos da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade. Embora o espaço seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem. **O conceito de espaço é inseparável do conceito de tempo e ambos precisam ser pensados articuladamente como um processo. Assim como para a História, o tempo é para a Geografia uma construção social, que se associa à memória e às identidades sociais dos sujeitos.** Do mesmo modo, **os tempos da natureza não podem ser ignorados, pois marcam a memória da Terra e as transformações naturais que explicam as atuais condições do meio físico natural. Assim, pensar a temporalidade das ações humanas e das sociedades por meio da relação tempo-**

espaço representa um importante e desafiador processo na aprendizagem de Geografia. (BRASIL, 2007, p.361, grifos nossos)

A definição do espaço enquanto conceito se encerrando em uma teleologia, tal como reiterado na BNCC, é um primeiro elemento de inflexão. Assim como destacado na proposta, o conceito de espaço é apresentado como inseparável do tempo. Concordamos que existe uma relação constitutiva entre espaço e tempo, contudo, argumentamos que esta relação na BNCC se configura como uma busca por estancar uma percepção estanque – uma tentativa de hegemonizar um determinado discurso sobre um espaço linear. Entendemos que este encaminhamento conceitual não se configura como abertura a reflexão sobre a espacialização da sociedade de forma democrática uma vez que o espaço se define aprioristicamente como resultado de relações sociais lineares e estruturadas.

Entender o espaço com encontro e não como uma fotografia, tal como defende Massey (2018) nos parece uma oportunidade de refletir o espaço de forma ampla e democrática. A associação entre espaço e tempo não é assumida como uma esteira movimentada por ações ordenadas e lineares, mas sim “uma dimensão que associa o espaço ao tempo na busca do encontro” (MASSEY, 2005. p. 138). Neste sentido, Massey valoriza e destaca os movimento em vez dos retratos e assume isso como princípio epistemológico – “o olhar com-sobre-do-e- a partir do Outro” (MASSEY, 2005. p. 138).

O espaço enquanto objeto epistemológico da Geografia mobiliza diversas produções significativas no campo científico, como SANTOS (2005), MOREIRA (1999) e CORREA (2005). Entre tais perspectivas, destacam-se autores do campo vinculados a tradições do pensamento crítico da Geografia que, em certa medida, podem ser pensados como alinhados com elementos conceituais trazidos pela BNCC.

Embora as discordâncias no tocante metodológico entre SANTOS (2005) e MOREIRA (1999) e o que se propôs na BNCC sejam evidentes, no que se refere à definição do objeto “espaço”, há uma aproximação. A assunção do espaço como resultante de ações desenvolvidas em um tempo linear ou, nos termos da própria BNCC, “[...] como para a História, o tempo é para a Geografia uma construção social, que se associa à memória e às identidades sociais dos sujeitos.” (BRASIL, 2017,

p.361), o que se percebe é uma leitura de mundo lançada ao essencialismo e ao encadeamento processual dos fatos calçados na unilinearidade ou convergência do tempo.

Entendemos que este movimento de ler/definir o espaço enquanto algo produzido a partir de premissas apriorísticas pode estar relacionado, de forma direta, com a vasta obra de Milton Santos, que buscou definir epistemologicamente o espaço enquanto objeto. Santos (2002, p.63) propõe uma leitura do espaço geográfico como algo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Ao mesmo tempo defende que “[...] no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, 2002. p.65).

Um dos pontos de tangência entre a textualização do discurso da BNCC e os autores vinculados ao campo da Geografia crítica se identifica na leitura conceitual do espaço. Entendemos que esta confluência ocorre em razão dos objetivos encampados na BNCC de busca pelo desenvolvimento de habilidades e competências, contudo, entendemos também que este encaminhamento pode se relacionar com a objetivação de um projeto de identidade nacional. Com este projeto, o vínculo entre espacialização essencializada, linearmente constituída, estanque, e a projeção de sentidos nacionais e identitários na Geografia escolar proposta na BNCC podem forjar aderência.

Os outros diálogos...

O movimento que assumimos como forma de desestabilizar uma visão essencializada do espaço enquanto conceito fechado se concentra no rompimento com ideias como a de origem e temporalidade lineares. Haesbaert (2014) atenta para a abordagem geográfica pontuando a ocorrência de uma crise espaço-temporal que abala a certezas e verdades no campo. Assumida esta premissa, o autor invoca o campo a rever e reconsiderar as problemáticas da realidade a partir de conceitos e categorias supostamente capazes de examinar fenômenos e suas nuances.

Em relação à própria noção de poder, algo central na análise do espaço através do conceito de território, Haesbaert (2005), em diálogo com Lefebvre (1986), encaminha uma análise espacial desconstrutivista assumindo a não linearidade do tempo. Neste sentido, Lefebvre (1986, p. 411-412 apud HAESBAERT, 2005, p. 6775) discute o conceito de poder através das seguintes nuances:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

A revisão na abordagem da análise geográfica evoca a prerrogativa da alteridade, da diferença e da dimensão simbólico-cultural das dinâmicas espaciais. A percepção do espaço para além das dimensões econômicas, políticas e de dominações seguem sendo valências importantes na análise, mas não se esgotam em si. A produção contingencial de sentidos no espaço emerge uma abordagem geográfica na disjunção do tempo enquanto constituinte do social.

Pensar o espaço desta forma, a partir do rompimento com leituras cartesianas conceituais, implica não somente na crítica a um projeto de definição espacial centrado em uma suposta coesão de imagens coletivas, mas, sobretudo, projeta a análise espacial para o que Bhabha (2014) indica como força de novas comunidades surgidas na atenção ao caráter local da cultura, ou seja, no encontro de pessoas desterritorializadas.

O que Bhabha (2014) e Haesbaert (2014), embora com problemáticas e objetos distintos de análise, encaminham é a dimensão diferencial da constituição do social, rejeitando teorias de identidade e de totalidade. O que os autores argumentam, comumente, é que estas teorias subjugam a experiência da singularidade, da contingencialidade e da diferença. Chama a atenção na leitura de ambos os autores a elaboração de argumentos que se valem da lógica da desconstrução no que se refere à análise do espaço por meio do território. Este conceito (território) que figura como um dos centrais para a Geografia, vinculado de forma muito próxima aos estudos da geopolítica define-se, segundo Cataia (2011), como critério de recorte e análise espacial das relações de poder e dominação.

Neste mesmo foco conceitual, Haesbaert (2014), no âmbito da Geografia, e Bhabha (2014), no campo dos estudos culturais, vão lançar mão da noção de desterritorialidade como forma de afastamento de binarismos dominado-dominadores, atentando à dimensão simbólica das relações entre sociedade e natureza e, sobretudo, não assumem o espaço como algo passivo de apropriação e descrição realística, mesmo através da noção de território. Haesbaert (2014) destaca que o território se inviabiliza enquanto conceito heurístico, e esta inviabilidade se configura na desconstrução de preceitos acerca do Território. O autor pontua que não se trata de um ente/conceito restrito ao poder político “tradicional” do Estado como elemento que legitima o território. O que importa, além desta dimensão, é levar em conta diferentes sujeitos do poder. Não se trata de negligenciar a materialidade econômico-política, mas agregar a dimensão simbólico-cultural e admitir a existência de territórios construídos, não somente pela fixação/mobilidade, mas no movimento, no deslocamento, nos encontros e na diferença.

O espaço, analisado desta forma, passa a ser produção diferencial contínua e experiencial. Não nos parece ser viável, através desta perspectiva de análise geográfica, assumir a essência da forma espacial desdobrando-se da organização do tempo histórico unidimensional. Neste registro teórico, o espaço passa a ser rastro do inesperado. Seus sentidos de plenitude – como o “nacional”, por exemplo – não se encerram semanticamente, ao contrário, constantemente se angustiam e não se completam. O espaço se configura como uma experiência do por vir, do deslocamento e da diferença, sendo pensado como rizoma, não como materialidade. Neste sentido, o conceito de território como dispositivo conceitual que busca conferir estabilidade a alguns projetos identitários, como o de nação e nacional, por exemplo, se lança à impossibilidade de plenitude (HAESBAERT, 2004, p.348):

[...] resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito [...]. Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis. [...]

Esta forma de pensar o espaço como contingência, como produção do/em por vir, em muito se diferencia de uma noção muito comum nas ciências sociais em que se assume o entendimento de espaço como resultante do desenvolvimento seqüencial da história. Rocha (2017), em diálogo com Massey (2006), pontua que há, por trás desta recorrência em assumir o espaço como desenvolvimento material do desenrolar da história, a sustentação de uma intencionalidade. Sobre isto, Massey (2008, p.103) aponta que:

O que se desenvolveu dentro do projeto de modernidade, em outras palavras, foi o estabelecimento e a (tentativa de) universalização de uma maneira de imaginar o espaço (e a relação sociedade/espaço) que afirmou o constrangimento material de certas formas de organizar a relação entre sociedade e espaço. E que ainda permanece hoje em dia.

Isto é reiterado por Rocha (2017, p.23) e importa, neste texto, reflexões e proposições que rompam com essa busca de estancamento de sentidos e conceitos entorno da ideia de espaço. Neste sentido, a autora aponta que:

O projeto de revisão da concepção do espaço passa pela superação da pauta essencialista e da cisão espaço-tempo. Massey procurou, assim, enaltecer a multiplicidade e a contingência e, não por acaso, questionou as perspectivas que concebem o espaço como absoluto e/ou as que procuram a definição de representação do espaço como apreensão objetiva do real (ROCHA, 2017, p.23)

A tentativa encampada em diversos campos das ciências sociais de fixar uma única forma de imaginar o espaço, tal como adverte Massey (2008), é o ponto de inflexão que importa projetar no diálogo com a BNCC.

Retomamos a definição essencialista de espaço evocada na BNCC, que se baseia na linearidade do tempo e na estrutura processual dos fatos sociais assumindo que “[...] o tempo é para a Geografia uma construção social, que se associa à memória e às identidades sociais dos sujeitos” (BRASIL, 2017, p.361), para dinamizar algumas interpretações. Esta produção discursiva é emblemática da resistência a um diálogo amplo com a comunidade disciplinar. Destacamos neste trabalho a exclusão de contribuições vinculadas ao direcionamento teórico pós-estrutural, que entendem o espaço como constituição discursiva, da ordem da instabilidade, do inesperado e, portanto, assim como o tempo o espaço é lido como disjuntivo.

O discurso da BNCC, na especificidade da Geografia, que em muitas vezes evoca os significantes identidade e realidade, lança mão destes em comunhão com conceitos fundamentais da Geografia, previamente definidos como forma de estabelecer um projeto para o ensino de Geografia na escola básica baseado em significações consideradas fixas. Neste sentido, constam na BNCC as seguintes contribuições da Geografia para a Educação Básica:

desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, **é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço)** e para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2017, p.362, *grifos nossos*)

A Geografia na BNCC e a questão das identidades

Interpretamos que o que se busca colocar em marcha como projeto para uma Geografia nacional, voltada à escola básica é a apropriação da realidade com um dado objetivo e como a todos os sujeitos. Nos termos da BNCC, é defendido o desenvolvimento de um tipo de “conhecimento fatural” em que se destaca o que supostamente pode ser observado e localizado no tempo e no espaço. Este encaminhamento viabiliza uma pauta identitária, universal e nacional que, na Geografia, busca estancar sentidos na assunção do espaço e suas categorias de análises como entes e dimensões do real.

Embora haja uma preocupação pontual com o afastamento do discurso da Geografia na BNCC com operações meramente descritivas, o real e as identidades são assumidas como algo da ordem do entendimento e da apropriação nas ideias. Neste sentido, a BNCC (BRASIL, 2017, p.361) indica:

Assim, pensar a temporalidade das ações humanas e das sociedades por meio da relação tempo-espaço representa um importante e desafiador processo na aprendizagem de Geografia. Para isso, é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica.

Importa pontuar que o projeto de currículo nacional proposto pela BNCC se articula com discursos genéricos que atravessam todas as disciplinas. No âmbito da Geografia, busca-se estabelecer nas narrativas de identidade, nação, habilidades e competências, sensação de estabilidade discursiva e, para isto, é mobilizado, de forma reiterada, o entendimento do espaço como resultante de uma produção linear e processual e, portanto, os conceitos-chaves – território, lugar, paisagem e região – se tornam, nos termos da BNCC, “conceitos operacionais”. De forma direta, na BNCC (BRASIL, 2017) constam as seguintes leituras para a Geografia:

[...] a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza). Ela também estimula a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana, condição fundamental para o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC. Nessa direção, a BNCC está organizada com base nos **principais conceitos** da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade. Embora o **espaço** seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: **território, lugar, região, natureza e paisagem**. (BRASIL, 2017, p.361, **grifos nossos**)

A tomada dos conceitos geográficos como algo da ordem do operacional e a reiteração do discurso de formação da identidade são elementos do discurso que projetam sentidos universalizantes. No entanto, entendemos, em diálogo com Bhabha (2014), que este tipo de elucubração se potencializa enquanto efeito e narrativa e, sendo assim, por mais endossado e arrojado que se apresente, consegue lograr fechamento e estabilização em termos de significação. O que pontuamos como relevante é que o projeto de currículo nacional de que faz parte a BNCC se vale de argumentos com sentidos universais – aprendizagens essenciais, identidades, competências gerais, garantia de direitos específicos para todos os estudantes da escola básica do Brasil. Especificamente na Geografia, identidades regionais, problemas ambientais comuns, descrição da realidade e descrição de características espaciais dos locais, entre outros se destacam nesta direção. Pontuamos que o que se busca neste discurso é uma aderência entre um determinado projeto nacional, realístico, identitário e essencializado e os discursos disciplinares. No caso da Geografia, a

produção de sentidos na direção das totalidades serve de sustentação para um projeto nacional universal, bem como produz sentidos na própria disciplina.

Contudo, ao tomar esta discussão sob a lente de autores da Geografia atentos ao debate sobre diferença, alteridade e aos deslocamentos, para além da tensão entre a abordagem conceitual acerca da noção de espaço presente na BNCC, outras questões se configuram. Ao destacar a ideia de nação/nacional no corpus da Geografia, a noção de território novamente se configura como primordial. O encaminhamento que Haesbaert (2005, 2011, 2014) indica nesta discussão busca desconstruir a estabilidade desta noção, sobretudo, apontando a crise do Estado-nação como estrutura “territorializadora” ao concomitantemente movimento de desterritorialidade como processo constituinte do social.

Entendemos ser relevante a reflexão sobre estado-território-nação no âmbito da BNCC objetivando discutir, pela Geografia, a impossibilidade e a fragilidade deste discurso curricular. Neste sentido, Haesbaert (2014) argumenta que, embora o Estado tenha se projetado como um padrão universal e modalidade única de territorialidade, na verdade, ele é uma entidade dinâmica que se articula e se legitima na relação com outros entes, tais como famílias, escolas, forças armadas entre outros. Para o autor a experiência territorial forja um cotidiano que ele caracteriza como sendo um “viver no limite”, o que significa:

[...] condição de uma existência num permanente contornar de situações difíceis e/ou perigosas, como também, numa dupla conotação: num sentido mais abstrato de viver no limiar do novo, e, num sentido mais concreto, vivenciar uma condição de passagem constante entre fronteiras. O trânsito entre diferentes territorialidades pode significar o que ele denomina “transterritorialidade”, que representa os contornamentos de situações limites (concretas e/ou simbólicas) e fronteiras territoriais. (HAESBAERT, 2014, p. 157)

O que se destaca na tomada do território como experiência de negociação e disputas de poder extrapolando a ideia de circunscrição espacial desenhada através exercícios de poder é que a fixação de identidades torna-se algo da ordem do impossível. A partir desta lente, o que se potencializa é a leitura acerca de um espaço territorializado, uma nação brasileira, por exemplo, como uma dinâmica instável e não mais como recorte espacial estanque. Haesbaert (2014b)

argumenta que este movimento contínuo, em que os territórios se constituem, são articulações de desterritorialização e reterritorialização, como faces de uma mesma dinâmica e não como fronteiras ultrapassadas de fora pra dentro ou ao contrário.

Não há fora e dentro, conseqüentemente não há fixação de identidades. O que é possível se discutir a partir da lógica territorial são os movimentos e as relações. Neste sentido, Haesbaert (2014b, p. 3676) argumenta:

Já as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização são vistas como os dois lados da “moeda” da territorialização, exatamente pelo seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo. Assim, na medida em que ocorrem movimentos individuais e sociais de desterritorialização, a estes sucedem novos processos de reterritorialização. Com isso, o fenômeno vivido no mundo real é o da des-re-territorialização uma vez que não é possível, nem individual, nem socialmente ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade.

Sob esta ontologia geográfica torna-se inócuo evocar sentidos de nação como algo da ordem de um encerramento identitário. Esta possibilidade se esgota em si mesma e se inviabiliza na Geografia. A multi/transterritorialidade dos indivíduos, nos termos de Haesbaert (2014), é abordada na dupla esfera da impossibilidade de superar e romper com estes limites, logo, fazendo-se necessário resistir, contrapor-se, transgredir seus efeitos. Na radicalização do debate, uma proposta única, básica e universal para a Geografia, lida neste registro se torna algo impossível, enquanto expectativa de plenitude, e violento, enquanto tentativa de fazê-lo. A pretensão de fixação de identidades concomitante com a negligência da dimensão experiencial e discursiva do social se nega a pensar o espaço na dimensão do encontro, do estar entre e estar junto – viver em e através das fronteiras, “refazendo, reconstruindo ou repondo limites, vistos concomitantemente como término e (re)começo” (Haesbaert 2014b, p. 299).

Assim como Haesbaert (2005, 2014, 2014b), Doreen Massey (2008) vai enfatizar uma abordagem da Geografia através de novas percepções do social. A concepção de que não é possível controlar sentidos de ideias universais e totalizantes, e a tomada do território também como local de disputas e não de dominação pura, torna-se nevrálgico. Rocha (2017, p. 23) argumenta que trata-

se da compreensão de que “o projeto de revisão da concepção do espaço passa pela superação da pauta essencialista e da cisão espaço-tempo.”

O foco sobre o qual se debruça a abordagem dos fenômenos sociais em suas feições geográficas assume como prerrogativa a contingencialidade, afastando desta forma o entendimento do espaço com algo definível através de objetividade realística. A atenção à subjetividade e à produção de sentidos espaciais em um continuum, inviabiliza qualquer projeto de universalização de apreensão do espaço. Esvai-se um discurso nacional como território recortado pelo exercício de poder através do que Rocha (2017) pontua como potente no pensamento de Dooren Massey – um compromisso antiessencialista. Neste sentido, Rocha (2017), aponta:

Massey procurou, assim, enaltecer a multiplicidade e a contingência e, não por acaso, questionou as perspectivas que concebem o espaço como absoluto e/ou as que procuram a definição de representação do espaço como apreensão objetiva do real. Compartilho aqui a suspeita de que a sua atenção às muitas subjetividades e a sua profunda preocupação com a injustiça social repercutem no seu projeto de concepção de espaço porque ela prioriza o debate político-discursivo. (p 34)

Desta forma, Massey (2008) se aproxima do pensamento de Laclau (2004) pontuando que espaço e tempo se constituem na disjunção e, por isso, discursivamente, importa assumir “uma abordagem alternativa do espaço” em que se “procura concebê-lo como “aberto, não finalizado, sempre em devir”, ou seja, como um pré-requisito para a história ser aberta e, assim um pré-requisito para a possibilidade da política” (ROCHA, 2017. p.34).

Por ora... o que pensamos...

Buscamos encaminhar neste texto um diálogo com pensadores que compõem a comunidade disciplinar da Geografia destacando Haesbaert e Massey objetivando uma abordagem discursiva. O encaminhamento em uma perspectiva discursiva para a geografia é uma escolha de direcionamento epistemológico e político com a qual buscamos problematizar a geografia em uma política curricular nacional.

A crítica que buscamos organizar a partir deste registro se dividiu em duas vertentes: a primeira se refere à negligência na produção da BNCC em relação ao debate acadêmico e, nesse

caso, também a esta perspectiva teórica que se observa no campo – “uma Geografia pós-estrutural”. E a segunda, na qual buscamos concentrar a maior parte dos argumentos, direcionada à produção de um discurso para a Geografia na BNCC atravessado por um projeto de constituição de um ideário nacional.

Neste sentido, argumentamos que um discurso geográfico, produzido no âmbito da BNCC, tende a endossar sentidos de totalidade, sendo pensado a partir da tomada do espaço como materialização realística e marcado pela projeção de identidades fechadas. Lidados a partir dos aportes pós-estruturais trazidos, esta apropriação se lança ao fracasso da plenitude e ao constrangimento à defesa diferença que, dinamicamente, pensamos ser o que produz sentidos incontroláveis, encontros e imprevistas significações espaciais. Nosso investimento aqui, na crítica ao caráter objetivista de uma forma de conhecer defendida na BNCC, também visa afirmar a importância da pluralidade na reflexão curricular, tanto no que diz respeito ao modo como é tratado como conteúdo em uma proposta curricular, como na maneira como é dinamizado na produção da própria política curricular.

Como já discutido em outra produção (COSTA, 2020), não visamos aqui a realização de uma crítica corretiva, como quem busca “ajustar” a BNCC para que se torne adequada. Consideramos propostas de currículos nacionais como fracassadas em seu próprio intento de negar o que é produzido nas escolas através da proposição de algo padronizado a ser feito, sob a suposição negativa de que nada é feito por professores, estudantes e comunidades escolares. Projetamos a perspectiva de que a hegemonização de tais defesas se constitui especificamente pela rejeição ao diálogo com contribuições intelectuais, como as pós-estruturais que destacamos neste texto, que acenam para o caráter desnecessário de um currículo nacional, justamente pela impossibilidade de ser contido o significado de uma geografia que acontece incessantemente no acontecimento de sujeitos, formas de conhecer e contextos escolares.

Referências

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

BHABHA, H. K. **Nuevas minorias, Nuevos derechos**: notas sobre los cosmopolitismos vernáculos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/MEC. 2018. BRASIL. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 de abril de 2022

CASTELLAR, S. M. V.. Educação Geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. *In*: **Cadernos Cedes**. (Org.). Educação Geográfica e as teorias de Aprendizagens. 6ed.Campinas:, 2005, v. 25, p. 129-272.

CAVALCANTI, L. S. (org). **Temas da Geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

COSTA, H. H. C. Políticas de Currículo e Ensino de Geografia: perspectivas sobre discurso, subjetividade e comunidade disciplinar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 2, p. 150-172, 2012.

COSTA, H. H. C.; LOPES, A. C. A comunidade disciplinar em Goodson: impasses em um registro pós-estrutural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, p. 1009-1032, 2016.

COSTA, H. H. C.. 'Seríamos a política que criticamos?': a interlocução do povo da Geografia na produção da BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 10, p. 125-152, 2020.

COSTA, H. H. C. ; PEREIRA, T. V. . Interdisciplinaridade: um significante flutuante nos currículo de Ciências e Geografia. **Poiesis Pedagógica**, v. 10, p. 155-175, 2012.

COUTO, M. A. C.. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. **Componente curricular**: Geografia. Parecer Crítico, 2016. (disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/relatórioseparesces)

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 1994. pp. 206-214.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001a..

HAESBAERT, R. Le mythe de la déterritorialisation. **Géographies et Cultures** n. 40. Paris: L’Harmattan, 2001b..

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre** n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a..

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? *In*: LOPES, L. e BASTOS, L. (org.) **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792

- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- HAESBAERT, R. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LEFEBVRE H., **La production de l’espace**, Paris, Ed anthropos, 1974.
- LEFEBVRE H., **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo, Ed. Ática,1980.
- LEFEBVRE H., **O direito à cidade**, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.
- LEFEBVRE H., **Lógica formal, lógica dialética**, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995.
- MASSEY, D. **Regionalismo: alguns problemas atuais**. Espaço & Debates, ano 1, n. 4, 1981..
- MASSEY, D. **Spatial Divisions of Labour: social structures and the Geography of Production**. Basingstoke : Macmillan. 1984 (2a. edição em 1995)
- MASSEY, D. Flexible sexism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 1, 1991a.
- MASSEY, D. Global sense of place. **Marxism Today**. 1991b. v. 6.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008
- MASSEY, D. World City. Londres , Polity. *In*: MASSEY, D.; ALLEN, J. e COCHRANE, A. (org.) 1998. **Rethinking the Region**. Londres e Nova York: Routledge, 2007.
- ROCHA, A. A. **Questionando o questionário: uma análise do currículo e sentidos de Geografia no ENEM**. Tese (Doutorado em Educação). 323 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ROCHA, A. A. O que Dooren diria sobre nós? Um ensaio sobre a pedagogia da esperança. **GEOgraphia** Niterói, Universidade Federal Fluminense (eletrônico) Vol.19, No40, 2017: mai./ago
- ROCHA, A. A. “Pelo espaço” na via de Dooren Massey: Uma análise pedagógica de “material geographies”. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.85-95, 2018. Edição Especial com artigos publicados originalmente na XII ENANPEGE
- RODRIGUES, P. F. **Um currículo mínimo e os professores de Geografia: Perspectivas docentes para uma política de currículo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ. 2016
- RODRIGUES, P. F. O significante mínimo na proposta curricular da SEEDUC-RJ: Recurso discursivo em favor da implementação; *In*: **Seminário Internacional As Redes Educativas E As Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação**, n. 8., 2015, Rio de Janeiro. VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação, 2014.

RODRIGUES, P. F.; COSTA, H. H. C. O Currículo Mínimo de Geografia da SEEDUC - RJ: perspectivas docentes e a produção de políticas de currículo. *In: La Havana. Memórias. La Habana*: Distribuidora Nacional ICAIC, 2015. v. 1, 2015

RODRIGUES, P. F. **Que país é esse? Geografias em disputas na Base Nacional Comum Curricular**. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.